



**PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**Assembleia Geral Ordinária**

**26 de abril de 2019**



**PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**  
**COMPANHIA ABERTA**  
**CNPJ: 02.682.287/0001-02**  
**NIRE: 35.300.156.935**

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") da PAN Arrendamento Mercantil S.A. ("PAN Arrendamento" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 26 de abril de 2019.

### **1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia**

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, nos termos do Item 10 do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

### **2. Destinação de lucro líquido da Companhia**

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

A Companhia auferiu lucro de R\$ 3.873 milhões, entretanto o valor foi utilizado para reduzir prejuízos acumulados.

### **3. Eleição de membros do Conselho de Administração**

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membros Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.



## ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("PAN" ou "Banco PAN"), que detém 100,00% de seu capital total. Trata-se de empresa de capital aberto, sem ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), atuando basicamente no segmento de financiamento de veículos novos e usados, através de operações de *leasing* financeiro.

A Companhia tem o suporte do seu controlador, tornando suas condições financeiras e patrimoniais gerais sólidas. Do ponto de vista operacional, o mercado de *leasing* financeiro vem apresentando gradual declínio, situação que, juntamente à postura mais conservadora da Companhia na concessão de créditos, vem impactando a geração de receitas.

Segue abaixo demonstração da evolução dos níveis de endividamento e índices de liquidez da Companhia:

	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2018
Nível de Endividamento Total (NET)	1,66	0,33	0,33
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	0,39	64,10	80,93
Índice de Liquidez Geral (ILG)	1,60	4,03	4,07

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido

ILC – Ativo Circulante sobre Passivo Circulante

ILG – Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

#### b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital Social da Companhia era de R\$ 356,7 mil, composto por 11.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,45.

Em 31 de dezembro de 2017 o Capital Social da Companhia era de R\$ 356,7 mil, composto por 11.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,45.

Em dezembro de 2016, o capital social era de R\$ 106,7 mil, composto por 11.000 ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R\$ 9.703,18.

O quadro abaixo, demonstra a atual estrutura de capital próprio e de terceiros.

R\$ mil	31.12.2016	% sobre o total do ativo	31.12.2017	% sobre o total do ativo	31.12.2018	% sobre o total do ativo
Patrimônio Líquido	105.254	37,60%	350.907	75,19%	354.780	75,50%
Capital de Terceiros <sup>(1)</sup>	174.674	62,40%	115.769	24,81%	115.438	24,50%
<b>Passivo Total</b>	<b>279.928</b>	<b>100,00%</b>	<b>466.676</b>	<b>100,00%</b>	<b>470.218</b>	<b>100,00%</b>

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.



**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Responsável pela gestão da Companhia, o PAN tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de *stress* de mercado. Para suportar essa política de liquidez, consideramos no cálculo os acordos operacionais robustos e de longo prazo mantidos com os controladores.

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

Até 2016, a principal fonte de captação de recurso da Companhia eram os Depósitos Interfinanceiros ("DI"). A tabela abaixo fornece um detalhamento dos saldos de captação de recursos nos períodos indicados:

R\$ mil	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Depósitos interfinanceiros	65.787	-	-
<b>Total</b>	<b>65.787</b>	-	-

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações de recursos junto ao Banco PAN, controlador da Companhia, a taxas pós-fixadas.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A gestão de liquidez da Companhia é gerenciada pelo PAN. O PAN, por sua vez, possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil ("BCB") que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. O PAN administra sua posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, o PAN possui acordos operacionais com seus controladores, que lhe garantem liquidez mesmo em um cenário de crise.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A Companhia não é parte tomadora de financiamentos ou empréstimos relevantes.

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas**

Não há subordinação entre as dívidas.

**i.v. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não aplicável.

**g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**



Não aplicável.

#### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

##### Balanço Patrimonial

(R\$ mil, exceto percentuais)

Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/18	%	dez/17	%	dez/16	%	Var. %	Var. %
							2018 vs. 2017	2018 vs. 2016
Disponibilidades	25	0,01%	55	0,01%	16	0,00%	-54,5%	56,3%
Títulos e valores mobiliários	256.019	54,45%	240.525	51,15%	51.151	-	6,4%	400,5%
Operações de arrendamento mercantil	(27)	-0,01%	(30)	-0,01%	(555)	-0,12%	-10,0%	-95,1%
Outros créditos	213.357	45,37%	221.334	47,07%	215.683	46,22%	-3,6%	-1,1%
Outros valores e bens	498	0,11%	3.318	0,71%	4.617	0,99%	-85,0%	-89,2%
<b>Total</b>	<b>469.872</b>	<b>99,93%</b>	<b>465.202</b>	<b>98,93%</b>	<b>270.912</b>	<b>58,05%</b>	<b>1,0%</b>	<b>73,4%</b>
<b>Permanente</b>								
Imobilizado de arrendamento	346	0,07%	1.474	0,31%	9.016	1,93%	-76,5%	-96,2%
<b>Total</b>	<b>346</b>	<b>0,07%</b>	<b>1.474</b>	<b>0,31%</b>	<b>9.016</b>	<b>1,93%</b>	<b>-76,5%</b>	<b>-96,2%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>470.218</b>	<b>100,00%</b>	<b>466.676</b>	<b>99,25%</b>	<b>279.928</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,8%</b>	<b>68,0%</b>

(R\$ mil, exceto percentuais)

Passivo circulante e exigível a longo prazo	dez/18	%	dez/17	%	dez/16	%	Var. %	Var. %
							2018 vs. 2017	2018 vs. 2016
Depósitos	-	0,00%	-	0,00%	65.787	14,10%	-	-100,0%
Outras obrigações	115.438	24,55%	115.769	24,62%	108.887	23,33%	-0,3%	6,0%
<b>Total</b>	<b>115.438</b>	<b>24,55%</b>	<b>115.769</b>	<b>24,62%</b>	<b>174.674</b>	<b>37,43%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-33,9%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital Social	356.735	75,87%	356.735	75,87%	106.735	22,87%	0,0%	234,2%
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(135)	-	-	-100,0%
Prejuízos Acumulados	(1.955)	-0,42%	(5.828)	-1,24%	(1.346)	-0,29%	-66,5%	45,2%
<b>Total</b>	<b>354.780</b>	<b>75,45%</b>	<b>350.907</b>	<b>74,63%</b>	<b>105.254</b>	<b>22,55%</b>	<b>1,1%</b>	<b>237,1%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>470.218</b>	<b>100,00%</b>	<b>466.676</b>	<b>99,25%</b>	<b>279.928</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,8%</b>	<b>68,0%</b>

##### Ativo circulante e realizável a longo prazo

###### Disponibilidades

O saldo de disponibilidades encerrou o ano de 2018 em R\$ 25 mil, frente aos saldos de R\$ 55 mil em 2017 e R\$ 16 mil em 2016.

###### Títulos e valores mobiliários

O saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários encerrou o ano de 2018 em R\$ 256.019 mil, 6,4% maior que o saldo de R\$ 240.525 mil em 2017.



### **Outros créditos**

O saldo da conta de outros créditos diminuiu 3,6%, totalizando R\$ 213.357 mil em 31 de dezembro de 2018, em comparação ao saldo de R\$ 221.334 mil em 31 de dezembro de 2017. Em comparação a dezembro de 2016, a redução foi de 1,1%.

### **Outros valores e bens**

O saldo de outros valores e bens encerrou o ano de 2018 com R\$ 498 mil, frente aos R\$ 3.318 mil de 2017 e R\$ 4.617 mil de 2016.

### **Permanente**

#### **Imobilizado de arrendamento**

O saldo da conta de imobilizado de arrendamento reduziu em 76,5%, totalizando R\$ 346 mil em 31 de dezembro de 2018, em comparação ao saldo de R\$ 1.474 mil em 31 de dezembro de 2017, como consequência da redução na originação de novos contratos. Em comparação a dezembro de 2016, a redução foi de 96,2%.

### **Passivo circulante e realizável a longo prazo**

#### **Depósitos**

Os depósitos foram liquidados em 2017. O saldo da conta depósitos encerrou o ano de 2016 com saldo de R\$ 65.787 mil, e de R\$ 55.756 mil em dezembro de 2015.

#### **Outras obrigações**

O saldo da conta de outras obrigações reduziu em 0,3%, totalizando R\$ 115.438 mil em 31 de dezembro de 2018, em comparação ao saldo de R\$ 115.769 mil em 31 de dezembro de 2017. Em comparação a dezembro de 2016, o aumento foi de 6,0%.



## Análise das Demonstrações de Resultados do Exercício

(R\$ mil, exceto percentuais)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	Var. % 2018 vs. 2017	Var. % 2018 vs. 2016
Resultado de operações de arrendamento mercantil	747	6.487	21.567	-88,5%	-96,5%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1.614	1.101	-100,0%	-100,0%
Rendas de aplicações de depósitos interfinanceiros	15.338	9.995	-	53,5%	-
<b>Receitas de intermediação financeira</b>	<b>16.085</b>	<b>18.096</b>	<b>22.668</b>	<b>-11,1%</b>	<b>-29,0%</b>
Operações de captação no mercado	-	(778)	(8.068)	-100,0%	-100,0%
Operações de arrendamento mercantil	(488)	(5.540)	(19.213)	-91,2%	-97,5%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35)	285	(403)	-112,3%	-91,3%
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(523)</b>	<b>(6.033)</b>	<b>(27.684)</b>	<b>-91,3%</b>	<b>-98,1%</b>
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>15.562</b>	<b>12.063</b>	<b>(5.016)</b>	<b>29,0%</b>	<b>-410,2%</b>
Receita de prestação de serviços	35	58	100	-39,7%	-65,0%
Despesas de pessoal	-	-	(1.927)	-	-100,0%
Outras despesas administrativas	(3.918)	(4.020)	(5.162)	-2,5%	-24,1%
Despesas tributárias	(743)	(555)	(87)	33,9%	754,0%
Outras receitas operacionais	2.408	2.650	2.922	-9,1%	-17,6%
Outras despesas operacionais	(5.570)	(17.161)	(2.215)	-67,5%	151,5%
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(7.788)</b>	<b>(19.028)</b>	<b>(6.369)</b>	<b>-59,1%</b>	<b>22,3%</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>7.774</b>	<b>(6.965)</b>	<b>(11.385)</b>	<b>-211,6%</b>	<b>-168,3%</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>15</b>	<b>(94)</b>	<b>(410)</b>	<b>-116,0%</b>	<b>-103,7%</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>7.789</b>	<b>(7.059)</b>	<b>(11.795)</b>	<b>-210,3%</b>	<b>-166,0%</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>(3.916)</b>	<b>2.577</b>	<b>4.737</b>	<b>-252,0%</b>	<b>-182,7%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>3.873</b>	<b>(4.482)</b>	<b>(7.058)</b>	<b>-186,4%</b>	<b>-154,9%</b>

### **Receitas de Intermediação Financeira**

As receitas de intermediação financeira caíram 11,1%, totalizando R\$ 16.085 mil em 31 de dezembro de 2018, comparado aos R\$ 18.096 mil em 31 de dezembro de 2017 e uma redução de 29,0% se comparada ao ano de 2016, quando encerrou o exercício com R\$ 22.668 mil.

### **Despesas de Intermediação Financeira**

As despesas de intermediação financeira encerraram o ano de 2018 em R\$ 523 mil, registrando quedas de 91,3% e 98,1% frente aos saldos de 2017 e 2016, respectivamente, devido, principalmente, à queda no volume das operações de arrendamento mercantil.

### **Resultado bruto de intermediação financeira**

O resultado bruto de intermediação financeira encerrou o exercício de 2018 no montante de R\$ 15.562 mil, ante R\$ 12.063 mil em 2017 e R\$ 5.016 mil negativos em 2016.

### **Outras receitas (despesas) operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$ 7.788 mil negativos em 31 de dezembro de 2018, frente aos R\$ 19.028 mil negativos em 31 de dezembro de 2017 e aos R\$ 6.369 mil negativos em 31 de dezembro de 2016.

### **Resultado operacional**

Como consequência dos fatores acima descritos, a Companhia apresentou resultado operacional de R\$ 7.774 mil em 2018, resultado 211,6% superior aos R\$ 6.965 mil negativos no encerramento de 2017 e 168,3% superior aos R\$ 11.385 mil negativos em 2016.

### **Ativo Fiscal Diferido**



A conta do ativo fiscal diferido encerrou o exercício de 2018 em R\$ 3.916 mil negativos, com queda de 252,0% em relação ao saldo de R\$ 2.577 mil em 2017 e queda de 182,7% em relação aos R\$ 4.737 mil de 2016.

#### **Lucro (prejuízo) do exercício**

No exercício de 2018 houve lucro líquido de R\$ 3.873 mil, comparado ao prejuízo líquido de R\$ 4.482 mil em 31 de dezembro de 2017 e prejuízo líquido de R\$ 7.058 mil em 31 de dezembro de 2016.

### **10.2. Os diretores devem comentar**

#### **a. resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Os principais componentes da receita da Companhia são relativos as operações de arrendamento mercantil.

##### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados da Companhia estão diretamente relacionados com o volume das operações de arrendamento que vem reduzindo no período como consequência da diminuição de originação de novos créditos, devido à queda na demanda do mercado como um todo, aliado ao maior rigor na concessão de créditos.

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Não aplicável

#### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

Não aplicável

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos novos segmentos operacionais.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

#### **c. eventos ou operações não usuais**

A Companhia não apresentou qualquer evento ou operação não usual nos três últimos exercícios sociais.

### **10.4. Os diretores devem comentar:**

#### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Exceto por mudanças decorrentes da legislação, não houve alterações relevantes nas práticas contábeis da Companhia.

#### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não aplicável.





### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

#### **Base para opinião com ressalva**

A Auditoria Independente foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Opinião com ressalva**

Exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

#### **Créditos tributários**

A Companhia apresenta créditos tributários no total de R\$ 195,7 milhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração de seu controlador, o Banco PAN, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do BCB para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

A Auditoria Independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Não aplicável.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**



**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

**ii. fontes de financiamento dos investimentos**

Não aplicável.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

**c. novos produtos e serviços, indicando:**

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**



**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## ANEXO II

Destinação de lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício de 2018 foi de R\$ 3.873 mil.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não houve destinação de dividendos referente ao exercício de 2018. O lucro foi utilizado, integralmente, para reduzir o saldo de prejuízos acumulados.

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O lucro foi utilizado, integralmente, para reduzir o saldo de prejuízos acumulados.

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não houve, no exercício de 2018, dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não haverá distribuição de dividendos ou juros sob capital próprio, além do declarado no item 2, acima.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**



**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Em R\$ mil

<b>Classe ação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
ON	3.873	(4.482)	(7.058)
<b>Total</b>	<b>3.873</b>	<b>(4.482)</b>	<b>(7.058)</b>

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Não houve destinação de dividendos no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não houve destinação de lucros à reserva legal no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não aplicável.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável.

**10. Em relação aos dividendos obrigatórios**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em seu Estatuto Social, a distribuição de dividendos será no mínimo de 5% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**



Não aplicável.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de lucros à reserva de contingências no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserve**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não houve destinação de lucros à reserva de lucros a realizar no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

Não houve destinação de lucros às reservas estatutárias no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável.



**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de lucros à reserva de incentivos fiscais no exercício de 2018 e nos 3 (três) exercícios anteriores.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.



### ANEXO III

Comentários sobre a indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

#### **12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:**

##### **Conselho de Administração:**

a. nome	Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto
b. data de nascimento	8/10/1963
c. profissão	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	703.347.227-72
e. cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Diretor Presidente
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Caixa Capitalização S.A.; Caixa Seguridade Participações S.A.; Banco PAN S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Brazilian Finance & Real Estate S.A.
• cargo	Conselheiro de Administração da Caixa Capitalização S.A. e Caixa Seguridade Participações S.A.; Diretor Presidente do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Finance & Real Estate S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; a Brazilian Securities Companhia de Securitização; e a Brazilian Finance & Real Estate S.A.





ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor Presidente do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda; Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Brazilian Finance & Real Estate S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Carlos Eduardo da Silva Monteiro
b. data de nascimento	7/7/1954
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	371.576.207-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Empresa Gestora de Ativos – Emega; Banco PAN S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Brazilian Securities Companhia de Securitização; e Brazilian Finance & Real Estate S.A.
• cargo	Diretor da Emega; Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Vice-Presidente



	do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A.
<ul style="list-style-type: none"> <li>se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</li> </ul>	Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; a Brazilian Securities Companhia de Securitização; e a Brazilian Finance & Real Estate S.A.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Alex Sander Moreira Gonçalves
b. data de nascimento	2/4/2019
c. profissão	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	668.687.186-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>nome e setor de atividade da empresa</li> </ul>	Banco PAN S.A.; PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Brazilian Securities Companhia de Securitização; Brazilian Finance



	& Real Estate S.A.; e BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.
• cargo	Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e Administrador da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, o Banco PAN S.A.; a PAN Administradora de Consórcio Ltda.; a Brazilian Securities Companhia de Securitização; a Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Diretor do Banco PAN S.A.; Diretor da PAN Administradora de Consórcio Ltda.; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Brazilian Securities Companhia de Securitização; Membro Efetivo do Conselho de Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A.; e Administrador da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há